

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

A Análise do desemprego em Portugal

Iriana Patrícia António Mitange

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Orientadora:

Doutora Helena Lopes, Professora Associada com Agregação

ISCTE-IUL

Outubro, 2012

Dedicatória

Para Sempre

Por que Deus permite que as mães vão-se embora?

Mãe não tem limite, é tempo sem hora, luz que não apaga

quando sopra o vento e chuva desaba,

veludo escondido na pele enrugada, água pura, ar puro, puro pensamento.

Morrer acontece com o que é breve e passa

sem deixar vestígio.

Mãe, na sua graça, é eternidade.

Por que Deus se lembra - mistério profundo - de tirá-la um dia?

Fosse eu Rei do Mundo, baixava uma lei:

Mãe não morre nunca, mãe ficará sempre

junto de seu filho e ele, velho embora,

será pequenino feito grão de milho.

Carlos Drummond de Andrade

Agradecimentos

O agradecimento inicial vai para este ser maravilhoso que foi a minha Mãe. Ela tornou tudo isto possível, não só pelo suporte financeiro mas sobretudo, pelos seus ensinamentos ao longo da minha vida.

Dirijo os maiores agradecimentos a esta mulher que tanto me ensinou, apoiou e sustentou esta investigação, a minha querida Professora Doutora Helena Lopes. A si o meu muito obrigado.

Aos meus Amigos (Yasser malheiro, Helena Peixoto, Acerbidades Caninhoca) em especial a minha amiga “irmã” Miriam Lopes, pelo incentivo, dedicação e apoio. Com ela percorri todo esse percurso académico, desde a licenciatura até ao mestrado.

Um agradecimento único e especial para o Jorge Lopes, pela paciência e pelos incentivos constantes.

Análise do Desemprego em Portugal

Resumo

Em Portugal a taxa de desemprego tem vindo a aumentar de forma exponencial nos últimos anos.

Este trabalho de investigação tem como problemática principal o aumento sistemático da taxa de desemprego nos últimos vinte anos em Portugal e na UE. Este aumento do número de desempregados é consequência das inúmeras mudanças que ocorrem ao nível das estruturas económicas, mudanças essas que se vão reflectir no mercado de trabalho.

O estudo empírico foi desenvolvido através de uma metodologia quantitativa, cujo objectivo é a análise da evolução do desemprego em Portugal e na União Europeia entre 1990 e o ano de 2010. Isto para percebermos qual a natureza do desemprego em Portugal, se conjuntural ou estrutural.

Palavras-chave: desemprego conjuntural, desemprego estrutural, mercado de trabalho, flexibilidade laboral.

Analysis of Unemployment in Portugal

Abstract

The unemployment rate in Portugal has been increasing exponentially in recent years. This research work has as main problem the systematic increase in the unemployment rate over the last twenty years in Portugal and the EU. This increase in unemployment growth is a result of the numerous changes that occur at the level of corporate structures, changes that also reflect in the labor market.

The empirical study was developed through a quantitative methodology, aimed at analysing the evolution of unemployment in Portugal and in the European Union between 1990 and 2010. The other was to how whether the type of Portuguese unemployment is conjectural or structural.

Keywords: conjectural unemployment, structural unemployment, labor market, labor flexibility.

Índice

| | |
|--|------|
| Resumo..... | iii |
| Abstract | iv |
| Índice de abreviaturas..... | vi |
| Índice de figuras | vii |
| Índice de quadros..... | viii |
| Índice de gráficos | ix |
| Introdução..... | 1 |
| PARTE I – AS PRINCIPAIS EXPLICAÇÕES DO DESEMPREGO..... | 3 |
| Capítulo 1 – Teoria Neoclássica..... | 3 |
| 1. As Origens | 3 |
| 2. A Explicação Neoclássica do Mercado de Trabalho | 3 |
| 2.1 O Desemprego Resulta da Ausência de Flexibilidade do Mercado de Trabalho..... | 5 |
| Capítulo 2 – Teoria Keynesiana | 9 |
| 1. A visão Keynesiana da economia | 9 |
| 1.2 Desemprego e crescimento económico..... | 10 |
| 1.3 Tipos de desemprego..... | 12 |
| PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO EM PORTUGAL..... | 13 |
| Capítulo 4 - Caracterização do desemprego em Portugal | 13 |
| 1. Definição do conceito e medição | 14 |
| 2. Evolução do desemprego em Portugal | 16 |
| 2.1 Breve caracterização socioeconómica..... | 16 |
| 2.2 Evolução do desemprego entre 1990 e 2010 | 17 |
| 2.3 Evolução do desemprego por nível de instrução | 20 |
| 2.4 Análise do desemprego juvenil em Portugal por nível de escolaridade | 23 |
| 2.5 Procura de desemprego e duração do desemprego..... | 24 |
| Capítulo 5 - Análise comparativa da evolução do desemprego em Portugal e na UE | 27 |
| 1. Análise comparativa da evolução do desemprego | 27 |
| 2. Os factores estruturais do desemprego em Portugal..... | 33 |
| Conclusão | 36 |
| Bibliografia..... | 37 |
| Anexos..... | 42 |

Índice de abreviaturas

CEE – Comunidade Económica Europeia

EUROSTAT – European Statistics

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

I&D – Investigação e desenvolvimento

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

UE – União Europeia

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - O funcionamento do mercado de trabalho..... | 6 |
| Figura 2 – Fluxos do Mercado de Trabalho..... | 15 |
| Figura 3 – Curva de Beveridge..... | 31 |

Índice de quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Estrutura e Evolução do desemprego registado..... | 30 |
|---|----|

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Evolução da Taxa de Desemprego por Sexos (%)..... | 18 |
| Gráfico 2 – Evolução da taxa real de crescimento do PIB e desemprego (%)..... | 19 |
| Gráfico 3 – Taxa de desemprego por escalão etário e qualificação escolar em Portugal e na UE-15 (ano de 2011) (%)..... | 20 |
| Gráfico 4 – Evolução por grupo etário (%)..... | 22 |
| Gráfico 5 – Nº de desempregados juvenis por nível de escolaridade (15-24 anos)..... | 23 |
| Gráfico 6 – Evolução do desemprego por tipo de procura de emprego (Milhares)..... | 24 |
| Gráfico 7 – Evolução do desemprego por duração de desemprego (Milhares)..... | 25 |
| Gráfico 8 – Evolução do desemprego de Portugal e alguns países europeus | 28 |
| Gráfico 9 – Evolução da taxa de crescimento do PIB de Portugal e alguns países europeus (%)..... | 29 |

Introdução

Sem sombra de dúvidas que a temática do desemprego tem grande visibilidade na nossa sociedade, sendo tema de preocupações em todas as esferas da vida política, social e económica. Ao aumento do desemprego está associado o agravamento das desigualdades sociais, pois é a partir do emprego que os indivíduos têm acesso a um rendimento, rendimento esse que faz com que eles tenham acesso a outros bens e serviços.

A escolha do tema do Desemprego prende-se com o facto de nos últimos anos, mesmo com a introdução de novas políticas de combate ao desemprego, a taxa do desemprego continuar a aumentar em Portugal. Isso é consequência das inúmeras mudanças que ocorrem ao nível das estruturas da nossa sociedade, da evolução tecnológica e da dinâmica económica ao nível mundial, mudanças essas que também se vão reflectir no mercado de trabalho.

Com este estudo tentar-se-á compreender a evolução do desemprego em Portugal, bem como será feita a comparação com alguns países da Europa. Ou seja, o que se pretende é compreender a evolução do desemprego e identificar as especificidades da situação portuguesa em relação aos outros países da Europa. Mais especificamente pretende-se indagar se o desemprego existente hoje em Portugal é predominantemente de carácter conjuntural ou estrutural. Segundo dados recolhidos pelo Eurostat (organização estatística da Comissão Europeia) e INE (Instituto Nacional de Estatística) ao longo dos últimos anos a taxa de desemprego têm aumentado em muitos países da União Europeia, inclusive em Portugal onde a situação já é considerada “gritante”. O relatório da OCDE “revela que o desemprego cresceu na maioria dos países da OCDE, geralmente a uma velocidade sem precedentes, e que deverá aumentar ainda mais em 2010”. Em Portugal a taxa de desemprego em 2009 foi de 10,2% e em 2012 prevê-se fechar em 15%. Já a média da taxa de desemprego da União Europeia (dos 25) fixou-se nos 9.8% em 2009 e prevê-se fixar nos 9.7% em 2010¹.

A análise do desemprego nacional será realizada com base em dados o Inquérito ao Emprego do INE e pela PORDATA (Base de Dados de Portugal Contemporâneo). Em relação a parte referente a comparação entre Portugal e os outros países da Europa, à análise também será quantitativa, isto é, utilizarei dados estatísticos do Eurostat e do INE. A caracterização do mercado português será realizada através da análise da evolução das variáveis empregado, desempregados e inactivos, nível de instrução, género e duração do desemprego.

¹ Informação retirada no site do Eurostat

Será depois realizada a comparação do fenómeno do desemprego em Portugal com alguns países da Europa (Espanha, França, Reino Unido, Finlândia, Dinamarca). A análise do desemprego em Portugal será realizada através da análise da evolução deste nas últimas duas décadas. Já a comparação do tipo de desemprego existente em Portugal com outros países da União Europeia deve-se ao facto da Europa ser uma realidade que conjuga mercados de trabalho muito diferentes, pelo que se observam as variações das taxas de desemprego de país para país. Outra razão que me leva a ampliar a análise para o contexto europeu foi o facto de a compreensão do tipo de desemprego existente em Portugal requerer uma análise comparativa no seio da UE (União Europeia).

O principal objectivo é o de verificar se em Portugal a taxa de desemprego evolui exclusivamente em função da conjuntura económica internacional – a qual afecta todos os países – ou se parecem existir causas do desemprego específicas a Portugal.

PARTE I – AS PRINCIPAIS EXPLICAÇÕES DO DESEMPREGO

Capítulo 1 – Teoria Neoclássica

As inúmeras mudanças que têm afectado a economia mundial fizeram com que o modo de olhar e gerir o fenómeno do desemprego se tenha alterado. Um dos factores dessa transformação foi a mudança na concepção do salário como variável económica, isso segundo Margarida Antunes (2003). De acordo com esta autora o salário, após a segunda guerra mundial, era visto mais numa perspectiva macroeconómica, isto é, o salário era concebido como um elemento essencial do rendimento nacional. A importância deste no rendimento nacional residia no facto deste influenciar de forma decisiva o nível de procura efectiva e o nível de desemprego (Segundo o modelo keynesiano). No entanto, nos finais da década de 70, o salário já era visto mas numa perspectiva microeconómica. Nesta perspectiva o salário era considerado mais como um custo do trabalho, e passa a ser uma variável decisiva, isso de acordo com o modelo neoclássico, na determinação do nível de emprego.

1. As Origens

Antes de iniciar a minha explicação sobre a teoria neoclássica, é importante perceber as origens da mesma. Tudo se inicia com os economistas (Clássicos) que vão de Adam Smith (1776) a John Stuart Mill (1849). Estas obras obtiveram um enorme sucesso. A escola clássica inicia-se com Jean Baptiste Say que foi, assim podemos dizer, o promotor de Adam Smith. O que existe de comum entre estas duas escolas tem a ver com a concepção do valor expresso por Ricardo, que é o Valor de Mercadoria², ou seja, a teoria do valor do trabalho. Um dos pontos comuns entre os dois autores era a crença numa economia baseada nos mecanismos de mercado. A livre troca e o funcionamento concorrencial dos mercados assegurariam a eficiência económica (Souza, 2004).

2. A Explicação Neoclássica do Mercado de Trabalho

Os neoclássicos apoiaram-se num paradigma diferente quanto á teoria do valor, segundo o qual o valor das coisas depende da utilidade atribuída pela procura do objecto da troca, a

² Teoria do valor de mercadoria de Ricardo – a quantidade do trabalho é a causa do valor das coisas, ou seja, as coisas valem o trabalho que têm incorporado.

qual varia de acordo com as circunstâncias. Já a visão clássica explicava que existia um ponto fixo pois o valor é algo objectivo, mensurável, isto é permanente. Em contrapartida, os neoclássicos retiveram e desenvolveram a explicação do funcionamento da economia baseada nos mecanismos de mercado raciocinando em termos de variações, sendo o seu eixo de reflexão as curvas da oferta e da procura que representam o conjunto dos comportamentos possíveis dos actores económicos.

Aplicando este quadro analítico ao mercado de trabalho, na perspectiva neoclássica o desemprego é determinado pelo funcionamento do mercado de trabalho, isto é, são as interações dos agentes económicos, que têm o mesmo grau de racionalidade e poder de mercado, que servem de base para a análise do desemprego. Segundo este modelo o mercado é o local de “encontro e interação entre a procura e a oferta, e é desta forma que são determinados os preços e as quantidades compradas e vendidas para um determinado tipo de bens” (Ferreira, 2009).

Segundo Feréol e Deubel (1990), neste caso existe a metáfora da “mão invisível”, que garante o bom funcionamento do mercado. De uma forma sucinta, numa situação de concorrência perfeita, as trocas são reguladas pelas leis do mercado (situação ideal e que serve de referência). O mercado funciona, assim, como “mão invisível” que regula a economia e por sua vez a sociedade. Para que este tipo de mercado funcione é necessário estarem reunidas quatro condições: Atomicidade, o bem transaccionado tem que ser perfeitamente homogéneo, a informação terá que ser perfeita e a mobilidade dos factores também tem que ser perfeita³. A transparência do mercado de trabalho espelha a capacidade dos agentes económicos em poderem adquirir, sem qualquer custo de modo imediato, um conhecimento perfeito das condições do mercado (Antunes 2005:30).

Num mercado concorrencial a confrontação entre a procura e a oferta alcança o equilíbrio de forma automática, através do sistema de preços. Esse sistema tem como função a transmissão da informação, fornece incentivos aos agentes bem como distribui o rendimento.

Em suma, aos olhos desta perspectiva o mercado concorrencial é um mercado eficiente. Mas nem tudo é assim tão linear, existe também a possibilidade de haver concorrência imperfeita (monopólio e oligopólio)⁴, e quando isso acontece o estado pode intervir para aproximar o mercado para a concorrência perfeita.

³ Informação retirada dos slides da Professora Fátima Ferreira.

⁴ É uma situação em que os vendedores individuais detêm algum controlo sobre o preço da produção desse sector.

No entanto, “não se pode realisticamente conceber os poderes públicos como sendo exteriores aos mercados pois a própria criação deste último exige sempre controlo e regulação política ou seja a definição das regras do jogo” (Fátima Ferreira, 2009). Uma consequência disso é que todos os mercados são diferentes, pois cada um tem as suas próprias regras de jogo.

2.1 O Desemprego Resulta da Ausência de Flexibilidade do Mercado de Trabalho

Os neoclássicos, como vimos, acreditavam que havendo uma concorrência completamente livre, os preços seriam um instrumento flexível e ideal para ajudar a igualar a oferta e a procura. Sendo assim, não existe nenhum elemento que explica a existência do desemprego **involuntário** ou **forçado** (Paiva, 2008). Osdchaya (1977) diz que a teoria neoclássica apenas previa o desemprego por distorção da concorrência completamente livre, e só com a elasticidade do sistema de preços se pode voltar ao equilíbrio.

Segundo os neoclássicos, a maior causa do desemprego está ligada à rigidez do mercado de trabalho; neste caso, somente a flexibilização dos mercados poderá diminuir o desemprego. A pergunta que fica no ar é de que forma isso é possível?

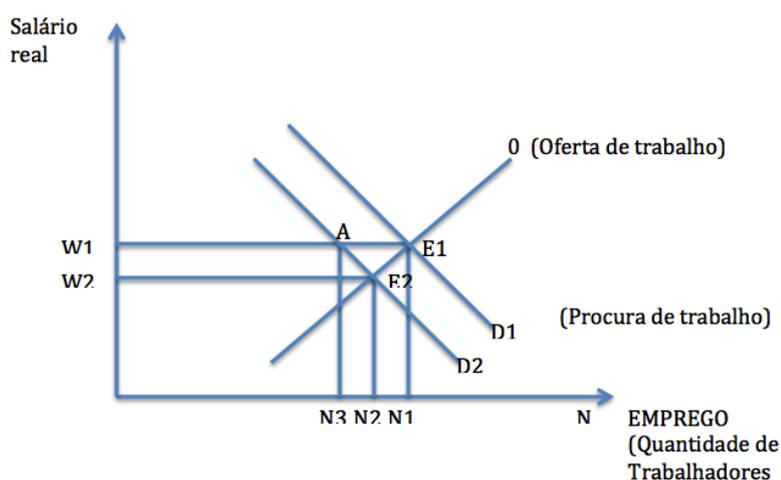
Sendo que se pode admitir que os mecanismos do mercado podem ser aplicados ao mercado de trabalho, podemos afirmar que a determinação tanto do nível de emprego como do salário resultam do confronto entre a oferta e a procura de trabalho. Como podemos verificar na figura 1, se houver uma diminuição da procura de trabalho⁵ (representada na figura pela deslocação da curva da procura de trabalho D1 para D2), um novo equilíbrio pode ser alcançado por dois tipos de ajustamento, isto em termos do raciocínio de mercado: o **ajustamento dos salários** (Flexibilidade salarial) ou **ajustamento pelas quantidades** (flexibilidade quantitativa). O ajustamento pelas quantidades resulta do ajustamento dos salários, pois o salário (que é o preço do trabalho) diminui (trabalho menos procurado pelas empresas primeiro e os actores tornam as suas decisões, relativas às quantidades oferecidas e procuradas, num segundo momento, em função do preço). Sendo assim por um lado, os trabalhadores (N1 N2) afastam-se do mercado, isto é, deixam de oferecer trabalho pois acham que o salário que lhes é apresentado é demasiado baixo (novo equilíbrio w_2), e por outro lado «, as empresas deixam de empregar, ou seja, despedem estes trabalhadores.

⁵ Que pode derivar de uma diminuição da procura de bens ou mesmo de uma substituição do trabalho por capital.

Análise do desemprego em Portugal

Se estes ajustamentos não acontecerem o que se sucederá? Isto é, imaginemos que os salários ou a quantidade de emprego sejam rígidos; pelas vicissitudes das leis existentes há dificuldades no despedimento e na diminuição do salário?

Figura 1 - O funcionamento do mercado de trabalho



Neste caso quando não existem ajustamentos no MT acontecem os seguintes desequilíbrios (Lopes, 2007, p79):

1. Quando o salário não diminui e permanece em w_1 , a procura de trabalho vai localizar-se em A, em vez de E_2 . N_1 N_3 representam o desemprego involuntário, ou seja, trabalhadores que desejam trabalhar por w_1 mas não conseguem encontrar emprego.
2. Caso os empregadores não puderem despedir, a quantidade de emprego não pode passar de N_1 para N_2 ou mesmo para N_3 . Sendo assim, estes trabalhadores estão em excedente, isto é, o custo para as empresas que contrata é demasiado elevado, ou seja, neste caso a rentabilidade diminui e as empresas podem falir.

Segundo os neoclássicos, só se pode então reduzir o desemprego através da flexibilização do mercado de trabalho. A flexibilidade do mercado de trabalho passa pela flexibilização dos salários (exemplos: eliminação do salário mínimo, redução das contribuições para a segurança social, redução das prestações de desemprego de modo a evitar uma pressão sobre os salários etc.), ou flexibilizando/desregulamentando as relações de trabalho (facilitando os despedimentos; legalizando contractos temporários e outras formas de trabalho precário).

Análise do desemprego em Portugal

É através da flexibilização dos mercados que os agentes económicos são obrigados a adaptarem-se a (formação profissional pode ser uma opção). Neste caso tem de se restabelecer a “verdade dos preços”, pois os salários não podem ficar muito tempo acima da produtividade marginal (aquilo que o trabalhador produz).

Um bom exemplo prático destas políticas neoliberais para a flexibilidade do mercado de trabalho, foram as propostas da Troika (em Maio do ano 2011) para reduzir o desemprego em Portugal. No mercado de trabalho, o que foi pedido a Portugal é que revisse o seu sistema de prestação de desemprego de modo a reduzir o risco do desemprego de longa duração⁶. Para tal terá que se reduzir a duração máxima do subsídio de desemprego para menos de 18 meses; limitar os subsídios de desemprego a 2.5 vezes do indexante do Apoio Social (IAS) e introduzir um perfil decrescente de prestações ao longo do período após seis meses de desemprego; entre outros⁷.

No que diz respeito ao sistema de protecção ao emprego, o que foi pedido ao governo é que reformulasse o sistema de protecção ao emprego, de modo a combater a segmentação do mercado de trabalho. Foi pedido também que se promovesse a criação de emprego para facilitar o ajustamento do mercado laboral. Algumas medidas a serem tomadas para tal passam pela criação de uma nova legislação no sentido de implementar reformas nas compensações em relação às novas contratações, de modo a diminuir os custos dos despedimentos.

Em relação aos salários, o que se pretende é que haja uma promoção da evolução dos salários consistentes com os objectivos da promoção da criação de emprego e da melhoria da competitividade das empresas, pois assim poder-se-á corrigir os desequilíbrios macroeconómicos. Por isso o governo comprometeu-se a não aumentar o salário mínimo, ou seja, só haverá aumento de salário mínimo caso a evolução económica e do mercado de trabalho assim o justificarem e após acordo no quadro da revisão do programa.

No quadro da perspectiva neoclássica, o desemprego é interpretado como um efeito da excessiva regulamentação dos mercados de trabalho, a qual interfere directamente nos ajustamentos a ocorrer entre a oferta e a procura de emprego. O grande chavão das políticas da Troika é o “Desregular, flexibilizar e segmentar o mercado de trabalho” de modo a gerar

⁶ Ponto 4.1 do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica Portuguesa (17 de Maio 2011). Tradução em Português da autoria do Governo Português.

⁷ Este plano conduzirá a uma proposta legislativa a ser adoptada até pelo Governo Português até a 1º trimestre do ano 2012.

Análise do desemprego em Portugal

crescimento económico. No entanto, Esping-Anderson e Regini (2000) demonstram que as elevadas taxas de desemprego não podem ser entendidas como mero resultado da protecção jurídico-institucional que é conferida aos assalariados em determinados países (Esping-Anderson e Regini *cit. por* Gonçalves, 2009).

O grande problema desta ideologia (Liberal), actualmente, é que o peso da flexibilidade recai, na maioria das vezes, sobre os trabalhadores. Ora, a adaptação ao mercado tem de ser mútua.

Capítulo 2 – Teoria Keynesiana

1. A visão Keynesiana da economia

Keynes surge com a sua teoria do equilíbrio macroeconómico num período, podemos chamar-lhe assim, sombrio do capitalismo (Grande Depressão que teve lugar entre 1929 e 1933). Este período é marcado pela elevada taxa de desemprego, pelo elevado número de empresas que abriram falência bem como por uma descida no rendimento nacional. É neste cenário que Keynes apresenta a sua ideia de reformar a antiga economia política neoclássica (esta não tinha conseguido resolver os problemas gerados pela crise de 1929).

Para Keynes a resposta para os problemas da sociedade capitalista não está do lado da oferta (sua escassez, valor, retabilidade) mais sim no lado da procura de bens. Está do lado da procura porque a decisão de investir depende da procura antecipada e é a determinante do nível de produção, do emprego e conseqüentemente do rendimento. Por este motivo Keynes criticou a lei dos mercados de Say que dizia que toda a oferta gerava automaticamente a sua procura. Deste modo Keynes trouxe para primeiro plano o problema da “Procura Efectiva” e os seus componentes. Para o autor a procura pode não ser suficiente para escoar toda a produção e manter o nível de pleno emprego.

Segundo Osdchaya “ a característica mais importante da análise Keynesiana é o destaque dado à formação da procura dos bens produzidos, isto é, a importância atribuída às condições da sua realização” (Osdchaya, 1977, pp.23).

Keynes tem um lugar cativo na história do pensamento económico, pois foi o primeiro indivíduo a desenvolver uma teoria articulada daquilo que actualmente chama-mos de macroeconomia. O autor estudou macroeconomicamente, segundo Osdchaya, os processos económicos, considerando a economia como um todo, analisando as interdependências e proporções entre grandezas económicas nacionais agregadas: rendimento nacional, poupança, investimento, consumo etc. (Osdchaya, 1977, pp.23). Keynes olhou de forma mais aprofundada os factores que determinavam o volume da procura e o seu crescimento. Segundo ele, a Procura Efectiva era igual ao rendimento nacional justaposto em consumo, investimento, gastos do estado e exportações menos importações, estes quatro últimos constituem assim a Procura Efectiva. Keynes pegou na ideia de Procura Efectiva para explicar as causas do desemprego.

Keynes afirma que o desemprego não depende de salários excessivos, mas sim de uma escassez da Procura Efectiva.

1.2 Desemprego e crescimento económico

Como pudemos verificar anteriormente, os neoclássicos olhavam a economia numa perspectiva de equilíbrio de mercado. E é neste mesmo prisma que analisam o emprego, isto é, como um jogo entre a oferta e a procura de trabalho.

Quando falamos de mercado de trabalho e se a oferta for superior á procura, o salário diminui. A diminuição dos salários não vai alterar a procura e vai provocar o aumento dos lucros das empresas, o que vai estimular a criação de emprego que por sua vez reabsorve a taxa de desemprego. Keynes opôs-se a essa visão do desemprego. Para ele a queda do salário aumentará o desemprego, pois desta forma o poder de compra dos indivíduos diminui. Para Keynes, o desemprego está ligado ao crescimento económico e não ao nível dos salários ou à ausência de flexibilidade do mercado de trabalho.

Keynes no seu livro “*A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*”, do ano de 1936, criticou duramente a abordagem neoclássica. Para ele, o nível de emprego não é determinado pelo mercado de trabalho mas sim pela chamada procura efectiva⁸.

Para Keynes o emprego tem relação directa com o nível de produção de cada economia (que pode ser medido pelo PIB). Quanto maior for o crescimento da economia (PIB) maior será a taxa do crescimento do emprego. No entanto, para que haja produção é necessário que haja consumo (soma dos gastos das famílias com bens e serviços) e investimento (soma dos gastos das empresas para criar ou ampliar capacidade produtiva). A procura efectiva abarca, por tanto, a soma de todos os gastos de consumo e investimento (Bellingieri, 2010).

O investimento, para Keynes, é a variável mais importante e mais instável de uma economia. Um empresário antes de investir leva em consideração duas coisas, a expectativa de obter lucro e a taxa de juros em vigor. A palavra investir está intrinsecamente ligada ao risco, pois nenhum empresário tem a certeza que irá obter lucro. Logo em momentos de incertezas (pessimismo/crise) os empresários preferem guardar o seu dinheiro, não contratarão mais trabalhadores (Oliveira 2010). A pergunta que surge neste caso é: num período de incerteza, como seria possível estimular os empresários a contratarem mais trabalhadores? Resposta, através da redução dos juros. Para alguns economistas, com os juros baixos os empresários seriam incentivados a investir. No entanto, para Keynes às vezes isso pode não

⁸ Informação retirada da compilação “os economistas”, tradução do livro *A teoria geral do emprego do juro e da moeda* de Keynes (versão online).

acontecer, pois, mesmo com os juros baixos, o pessimismo sobre o futuro da economia persiste. Quando existe pessimismo entre os empresários, quanto ao futuro económico, há uma redução dos investimentos, que por sua vez leva a uma diminuição da produção, que leva mesmo ao despedimento de trabalhadores (Oliveira 2010).

Uma das consequências disso será a diminuição dos rendimentos dos trabalhadores, que leva a uma redução do consumo. Ou seja, uma redução do investimento e do consumo significa que haverá uma redução do PIB, o mesmo significa que haverá uma redução da própria procura efectiva (Oliveira 2010). Verificamos, então, que para Keynes o desemprego não está ligado com o mercado de trabalho em si, mas sim com o mercado de bens e serviços (estado da economia geral). Keynes desenvolve assim uma concepção do desemprego de natureza conjuntural.

A na procura ineficiência da procura efectiva significa também que existe excesso de capital (dinheiro) entre os empresários, que não o estão a utilizar em investimentos produtivos mas em operações especulativas.

Para Keynes um das soluções que poderiam ser postas em prática para fazer com que os empresários utilizem esse capital, é a intervenção/participação activa do estado na economia. Isso faria com que o défice público, as despesas superiores às receitas, seria aceitável por um determinado tempo. Quando houvesse um crescimento da economia, o governo arrecadaria mais ainda graças ao efeito multiplicador e o défice seria então eliminado.

Um bom exemplo da aplicação dessa política aconteceu nos anos 30 nos EUA. O então presidente Franklin Roosevelt, lançou o chamado *New Deal*, que consistia num programa de obras públicas e gastos sociais que tinha como objectivo tirar a economia da Grande Depressão.

Em suma, o pessimismo dos empresários é a grande barreira para a contratação de novos colaboradores e não a questão dos salários estarem altos, isso segundo Keynes. Uma redução nos salários levaria a uma redução do consumo, que levaria a uma redução da demanda efectiva, que por sua vez levaria a uma redução na produção bem com no nível de emprego.

Podemos observar que a política seguida actualmente para lutar contra o desemprego em Portugal não é keynesiana: os governos têm optado por políticas de austeridade acompanhadas de diminuições dos salários.

1.3 Tipos de desemprego

As causas do desemprego são várias e muitas vezes o que é causa para um determinado tipo de desemprego é a solução para outra linha de pensamento. As causas mais comuns para o desemprego são: o desenvolvimento tecnológico, a globalização, os modernos métodos de gestão entre outros. Através das causas do desemprego, alguns economistas identificamos diferentes tipos de desemprego, sendo que os mais citados são⁹:

- 1) ***Desemprego Conjuntural, Cíclico ou Involuntário*** - é o tipo de desemprego que Keynes estudou. Caracteriza-se por ocorrer nas fases descendentes do ciclo económico, isto é, quando o Produto fica abaixo do nível de pleno emprego.
- 2) ***Desemprego Estrutural e ou Tecnológico*** – resulta das transformações ocorridas na estrutura económica, ou seja, uma parte expressa os trabalhadores sem os requisitos técnicos ou educacionais necessários aos novos empregos (como por exemplo população que sai da zona rural para as zonas urbanas, ou empresas que adoptam novas tecnologias ou mesmo métodos administrativos que requerem um certo nível de escolaridade). Uma outra parte está ligada as profissões que já entraram em desuso, isto é, especialidades ultrapassadas pelas mudanças tecnológicas.
- 3) ***Desemprego Sazonal*** – este tipo de desemprego ocorre em função das variações no ritmo e na frequência da actividade económica em épocas típicas do ano, por exemplo época de colheita, em determinadas zonas, o emprego se expande para depois se contrair em períodos de cultivo por exemplo. Outro bom exemplo é em épocas festivas ou de turismo nas zonas urbanas. Esse facto diz-se sazonal pois repete-se todos os anos.
- 4) ***Desemprego Friccional ou Natural*** – ocorre na transição de um tipo de emprego para outro. Quando um indivíduo perde um emprego, não encontra outro no momento imediatamente a seguir, diz-se que existe uma “fricção” (tempo de adaptação e de informação até ao surgimento de um novo emprego).

⁹ *Polis : Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Verbo, 1987.

PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DO DESEMPREGO EM PORTUGAL

Capítulo 4 - Caracterização do desemprego em Portugal

No capítulo anterior apresentamos duas teorias que explicam o funcionamento do mercado de trabalho bem como o surgimento do fenómeno do desemprego. Neste capítulo será analisado a evolução do desemprego em Portugal nas últimas duas décadas. De modo a atingirmos esse objectivo, seleccionamos os dados do Inquérito ao Emprego do INE, do Eurostat e do Instituto do Emprego e Formação Profissional para analisar este fenómeno. A análise efectuada centrar-se-á, nos dados dos últimos vinte anos (1990 a 2011). No entanto, é importante frisar que a principal limitação desta investigação prende-se ao facto dos dados fornecidos pelo Inquérito ao Emprego (IE) do Instituto Nacional de Estatística possuírem uma descoincidência conceptual e metodológica de recolha e tratamento da informação na construção de series coerentes para a década de 90 e primeiros anos desta década¹⁰.

Em concordância com o objectivo desta investigação, a questão de partida encontra-se relacionada com o tipo de desemprego que predomina há duas décadas em Portugal. Neste sentido tentaremos responder à seguinte questão: actualmente em Portugal a natureza do desemprego é de caracter estrutural ou conjuntural? Será a partir desta questão que iremos indagar quais as reais causas do desemprego que assistimos em Portugal: será que a causa do desemprego está ligada com a sua duração ou esta ligada a amplitude do afrouxamento ou crescimento económico ou ainda esta ligada a razões sociodemográficas?

De modo a respondermos a esta questão colocamos a seguinte hipótese: será que a taxa de desemprego está intrinsecamente relacionada com a taxa de crescimento (PIB)? Importa perceber como funciona esta interacção. Será que existe correlação directa entre a taxa de desemprego e o crescimento económico, caso esta situação se confirme, podemos indagar que o desemprego que assistimos actualmente em Portugal é de caracter conjuntural. Caso contrario, então podemos concluir que é do tipo estrutural. Após a conclusão desta análise analisaremos os indicadores que comprovam o tipo desemprego.

Iniciaremos este segundo capítulo com uma breve definição e medição do desemprego.

¹⁰ O número do desemprego não é rigorosamente comparável com outros dados na década de 90, pois o INE procedeu a mudanças de series nos anos de 1991e1998. Além do que alterou a metodologia de cálculo no ano de 2011.

1. Definição do conceito e medição

De uma forma abrangente, podemos definir o desemprego como sendo a falta de trabalho ou de actividade profissional que se verifica no grupo de pessoas capazes de prestar trabalho e disponíveis para o fazer. No entanto, esta definição não inclui o desemprego voluntário. Por essa e outras razões é que, actualmente, existe uma definição de desemprego que está harmonizada internacionalmente. A Organização Internacional do Trabalho ¹¹(OIT) criou um manual sobre conceitos e métodos (1990) onde define o desemprego baseado em três critérios que devem ser satisfeitos simultaneamente: o indivíduo não pode ter qualquer tipo de emprego, deve estar disponível para o fazer (trabalhar) e tem de estar à procura de um emprego. Tanto o INE quanto o Eurostat, são fontes oficiais de estatísticas sobre o desemprego e utilizam os parâmetros harmonizados internacionalmente pela OIT. Essas normas internacionais ao serem harmonizadas permitem estabelecer comparações internacionais (Antunes, 2005).

Por esta razão é que, segundo o INE, consideram-se desempregadas:

“todas as pessoas acima de uma determinada idade (15 anos ou mais) que, durante o período de referência, estavam: a) "sem trabalho", isto é, não estavam num emprego remunerado ou num emprego por conta própria; b) "actualmente disponíveis para trabalhar", isto é, estavam disponíveis para um emprego remunerado ou por conta própria durante o período de referência; c) "à procura de trabalho", isto é tinham dado passos específicos num período recente especificado no sentido de procurarem emprego remunerado ou por conta própria”.

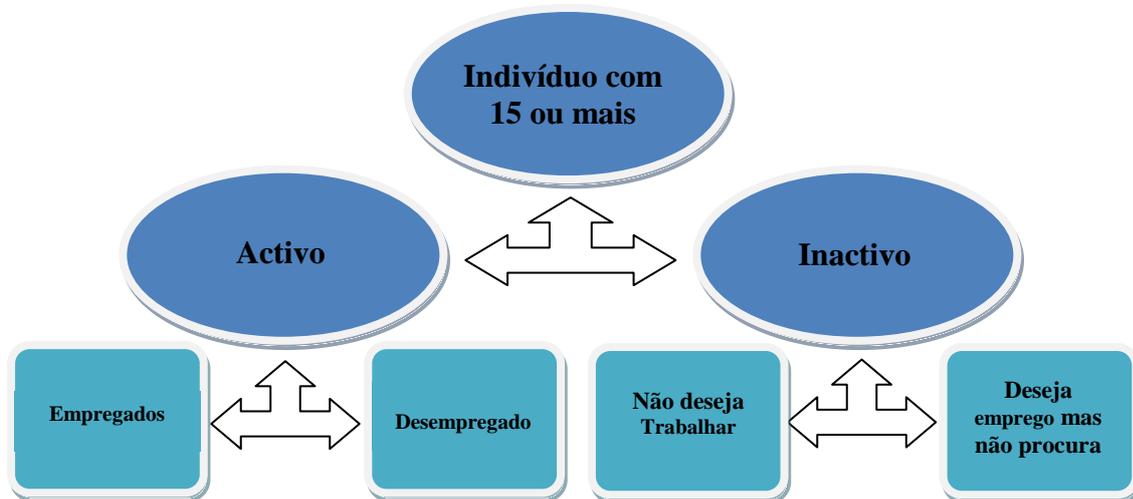
Com esta definição fica bem patente a diferença entre aqueles que procuram emprego (os desempregados) e aqueles que não procuram (os inactivos).

No INE, isto segundo a definição harmonizada, cada indivíduo com 15 anos ou mais é classificado num dos três estados do mercado de trabalho: empregado, desempregado e inactivo. É considerado que um indivíduo está empregado quando declara ter trabalhado pelo menos uma hora durante a semana de referência, ou esteja temporariamente fora do trabalho (exemplo estar de férias). As pessoas que estão a frequentar um curso de formação profissional remunerado ou as pessoas que efectuem trabalhos não remunerados no negócio de um indivíduo com o qual tem laços familiares e que pertencem ao mesmo agregado familiar também são considerados empregados (Centeno, M., Fernandes, Pedro 2004). Todos

¹¹ Informação retirada do site da OIT.

aqueles que não estão empregados mas que não cumprem os critérios associados ao conceito de desempregados são considerados inactivos como podemos ver na figura2.

Figura 2 – Fluxos do Mercado de Trabalho



No que diz respeito aos indivíduos que (admitindo que o mercado de trabalho está organizado) estão disponíveis para trabalhar, mas não procuram emprego são, segundo o BIT, identificados e classificados separadamente dentro da população inactiva do momento, isso também dependerá dos motivos que os indivíduos apresentam para não procurarem emprego¹². No entanto tanto os indivíduos que deixaram de procurar emprego por razões inerentes ao funcionamento do mercado ou por outras razões também devem ser contabilizados no conjunto dos desempregados, por constituírem em qualquer destas conjunturas potenciais de oferta de mão-de-obra.

¹² Desencorajados – segundo o INE são indivíduos que não procuram emprego porque consideram difícil encontrar um emprego, isso dentro do conceito do desempregado, no sentido lato.

2. Evolução do desemprego em Portugal

2.1 Breve caracterização socioeconómica

Iniciaremos esta secção com uma breve análise socioeconómica do mercado de trabalho, a partir do início da década de 90 até ao ano de 2010.

Nos últimos anos temos assistido a um condicionamento do mercado de trabalho o qual deve-se à deterioração das condições económicas. No quadro da crise económica e financeira em que Portugal se encontra desde 2008, temos assistido a mutação da composição do emprego e desemprego. Isso só veio mostrar que o mercado de trabalho português apresenta grande sensibilidade à evolução cíclica da economia e isso influencia tudo o resto (Banco de Portugal, 2011).

Segundo o INE¹³, em 2010 os níveis da população activa em Portugal não se afastaram muito dos níveis verificados em 1990. No ano de 1990 a taxa de actividade cifrou-se nos 47,8 % sendo que em 2010 a taxa estabeleceu-se nos 52,5%, contrariando a tendência de aumento que se tinha verificado entre 1999 e 2008. Entre 1998 e 2008 a população activa portuguesa aumenta cerca de 10,4% o que correspondeu a cerca de 530 mil indivíduos. Este crescimento deveu-se ao aumento da população feminina no mercado de trabalho bem como o possível adiamento da entrada na reforma e a dinâmica gerada pelos fluxos migratórios. No entanto, nos dois anos seguintes houve uma evolução negativa, determinando um aumento global face a 1998 no valor de 485 mil indivíduos (Banco de Portugal 2009b).

No que diz respeito ao grau de qualificações da força de trabalho, pode-se constatar que houve um aumento, isso comparando com o grau de escolaridade da população activa entre 1998 e 2010. Ao referido aumento das qualificações da força de trabalho 485 mil indivíduos correspondeu um aumento de cerca de 900 mil indivíduos que tinham pelo menos o ensino secundário concluído. O peso das pessoas com o secundário concluído representou cerca de 34,3% do total da população activa em 2010, sendo que em 1998 se situava em 19%,8, tendo ocorrido um aumento sistemático até 2010 (INE, 2010). Este aumento pode estar relacionado com o *Programa Novas Oportunidades* que foi lançado pelo governo português no ano de 2005 (terminou em 2010). Esse programa tinha como objectivo o alargamento do referencial mínimo de formação até ao 12º ano de escolaridade de jovens e adultos. A proporção de activos com o grau de escolaridade superior também aumentou significativamente, de 7,2% em 1998 para 16% em 2010, apesar de se manter abaixo da média europeia.

¹³ Segundo o Anuário Estatístico de Portugal (2010).

Em termos de emprego podemos constatar que deste 1990 houve um aumento de 260,7 mil indivíduos na população empregada. Contrariamente, em 2009 e 2010 a contracção do emprego mais do que anulou a criação de emprego registado no período de 2004 e 2008. A evolução negativa de 2009 e 2010 destruiu cerca de $\frac{3}{4}$ do emprego criado entre 1998 e 2002 (INE, 2010).

2.2 Evolução do desemprego entre 1990 e 2010

Nos últimos anos, nomeadamente, desde 2001, o fenómeno do desemprego têm ganho maior relevância em Portugal. A taxa de desemprego tem evoluído negativamente nos últimos vinte anos. Entre 1990 e 2010 houve um aumento significativo da taxa de desemprego, passando de 4,8% (em 1990) para 10,8% (em 2010), respectivamente. Para uma noção mais clara dos números do desempregado, em 1990, contabilizou-se 231 mil indivíduos desempregados¹⁴, sendo que em 2011 o número se cifrou nos 706,1 mil.

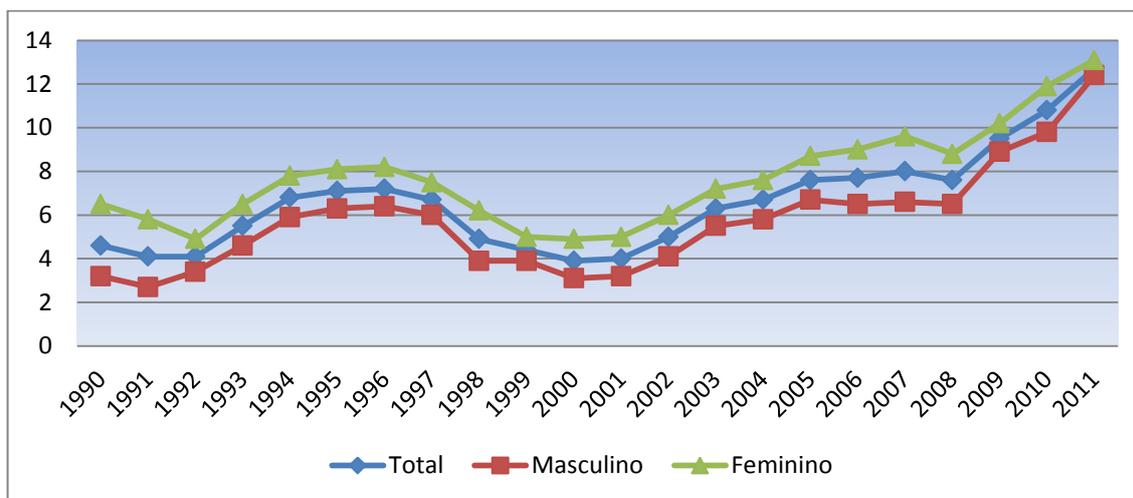
Segundo os dados do Inquérito ao Emprego referentes ao 1º trimestre de 2012, o número de desempregados ascendeu os 819,3 mil indivíduos, o que revelava uma taxa de desemprego de 15%. Estes valores mostram-se bem mais elevados do que no ano de 1990 onde a taxa de desemprego se cifrava nos 4,8% (correspondendo a 205,5 mil indivíduos desempregados¹⁵).

Ao analisarmos os últimos vinte anos podemos verificar que a taxa de desemprego teve alguns aumentos cíclicos em determinados períodos como o de 1994 a 1997. É de salientar que nesse período (1994 a 1997) Portugal já fazia parte da União Europeia. Segundo Gonçalves (2005), este período é marcado pela predominância do desemprego estrutural, visto que a dinâmica económica dessa altura era caracterizada por taxas de crescimento baixas ou mesmo nulas, além do que havia restrições orçamentais por parte do Governo.

¹⁴ Fonte/Entidades - estatísticas do emprego do Portada e INE.

¹⁵ Ao longo deste trabalho utilizaremos como indicador a taxa média anual de desemprego.

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Desemprego por Sexos (%)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Foi a partir de 2001 que taxa de desemprego em Portugal começou a subir vertiginosamente, contrariando a tendência de descida desta variável que se vinha a verificada desde os finais da década de 90. Esse aumento exponencial foi muito rápido e enérgico, passando de 213,5 mil indivíduos desempregados em 1990 para 602,6 mil em 2010. Este aumento da taxa de desemprego (desde 2001) só foi interrompido em 2008 onde a descida foi de 0,4 pontos percentuais (de 8% em 2007 para 7,6% em 2008).

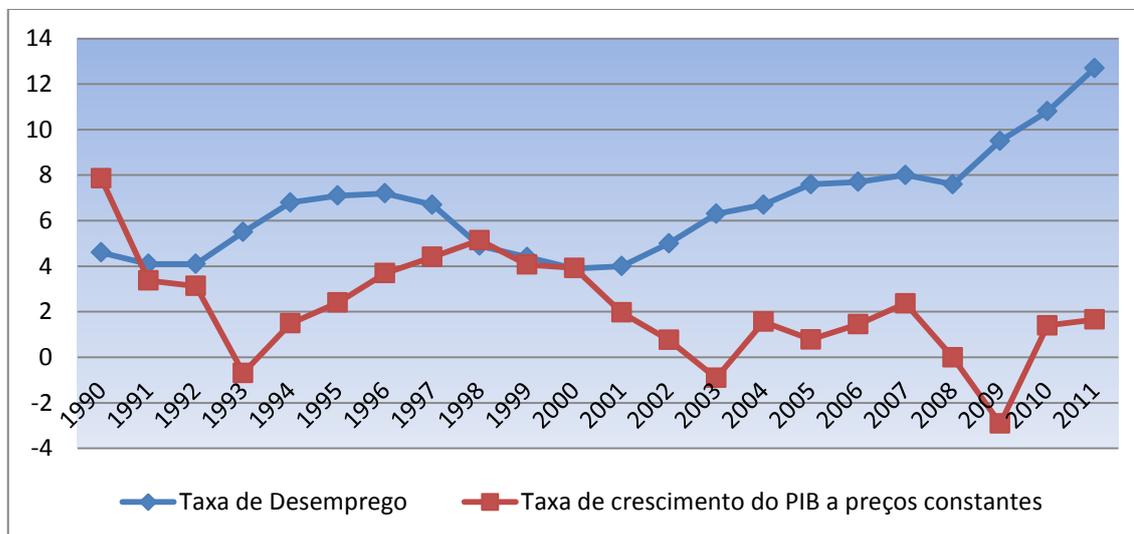
O gráfico 1 mostra-nos que o aumento anual da taxa de desemprego ocorreu para ambos os sexos, embora mais acentuadamente para as mulheres. Em 2010 a taxa de desemprego nos homens cifrou-se nos 9,8% sendo que nas mulheres atingiu os 11,9%. Segundo Gonçalves (2005) o sexo feminino tem mais fragilidades no mercado de trabalho porque o que predomina, em termos de trabalho, são os trabalhos pouco qualificados associados a tipos de contratação precária. E bem se sabe que em épocas de crise económica esse tipo de contratação é o foco quando o assunto é redução. Portugal não foge à tendência europeia, em que as mulheres estão globalmente mais expostas ao desemprego do que os homens.

No entanto houve uma descida da taxa de desemprego no período entre 2007 a 2008, após esta data o volume de desempregados voltou a subir, evidenciando a evolução negativa do mesmo, a diferença entre homens e mulheres tem vindo a diminuir fortemente.

O agravamento do desemprego está fortemente ligado com as crescentes dificuldades da economia portuguesa. A partir de 2001, a economia portuguesa deixou de convergir com a

média da União Europeia (EU). O produto Interno Bruto real teve ligeiras variações positivas e uma quebra em 2008 (Banco de Portugal, 2009b).

Gráfico 2 - Evolução da taxa real de crescimento do PIB e desemprego (%)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Analisando os últimos vinte anos podemos verificar que existem dois períodos distintos em Portugal: a década de 90 e a década de 2000. Até finais da década de 90 o país conheceu um período de prosperidade, com forte crescimento económico que se traduziu em melhoria das condições de vida da população. No entanto a partir do ano de 2000 a situação alterou-se, tendo o país entrado num período de fraco desempenho económico que resultou numa interrupção do processo de convergência real (Almeida, 2009:65).

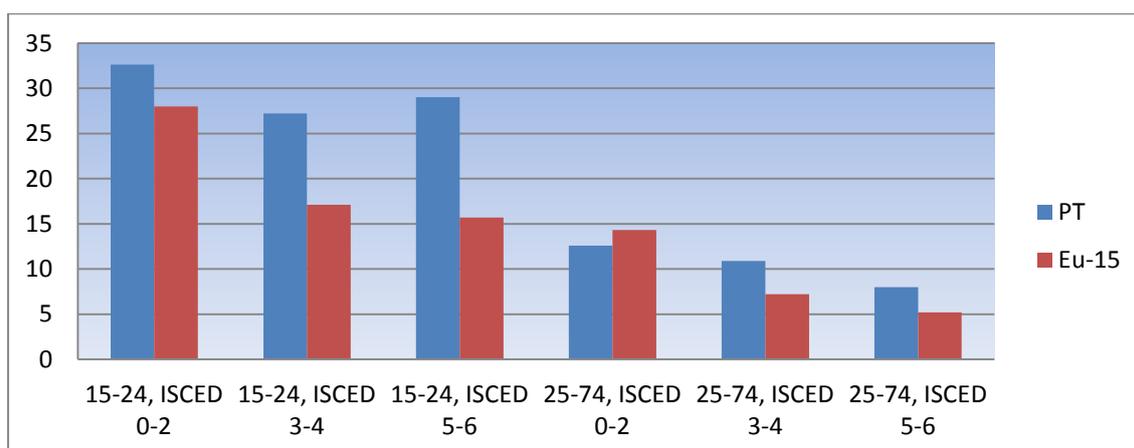
Nos primeiros dois anos do novo milénio houve uma desaceleração muito acentuada da actividade económica, fazendo com que em 2003 a economia entrasse em recessão. Os anos seguintes foram marcados por um reduzido crescimento da economia, no entanto não foi suficiente para recuperar a pujança da actividade económica. Em 2006 e 2007 verificou-se uma pequena recuperação da economia, o que favoreceu o mercado de trabalho. Dada a crise económica e financeira que se instalou em 2008, a economia portuguesa entrou novamente num período de recessão.

Em suma, podemos afirmar que a taxa de desemprego apresenta um carácter contracíclico, pois diminui quando a actividade económica se expande e aumenta em períodos de recessão.

2.3 Evolução do desemprego por nível de instrução

É relevante percebermos quais os factores que estão por de trás desta evolução económica de modo a melhorar as políticas existentes bem como para definir reformas mais ajustadas. Segundo Almeida (2009), a persistência de fragilidades estruturais é um dos principais factores desta evolução, particularmente no que diz respeito à fraca qualidade dos factores de produção, que se tem traduzido em baixos níveis de produtividade, o que compromete a eficiência e a competitividade internacional do país. Essa fragilidade estrutural é bastante visível no que diz respeito ao nível do capital humano¹⁶, que em Portugal é reduzido em comparação com países com economias mais avançadas, o que se traduz numa limitação à inovação, em particular num contexto de progresso técnico fortemente baseado em trabalho qualificado.

Gráfico 3 – Taxa de desemprego por escalão etário e qualificação escolar em Portugal e na UE-15 (ano de 2011) (%)



Fonte: Eurostat, Inquérito ao emprego

Classificação Internacional da Educação (ISCED):

ISCED 0-2 Até ao 9º ano

ISCED 3-4 Ensino secundário completa

ISCED 5-6 Ensino Superior e Pós-graduado.

Ao analisar-se os dados disponíveis sobre a evolução da *taxa de desemprego por nível de escolaridade* verificamos que desde 1992 são os indivíduos que apenas completaram o ensino básico que constituem a maior fatia da população desempregada. Em 1992 o número dos indivíduos desempregados que completaram o ensino básico era de 152,1 mil e em 2011

¹⁶ Tomando como indicador sintético o nível de educação formal.

passou a 440,2 mil aproximadamente. Mas este é também o nível de escolaridade detido pela maioria da população activa.

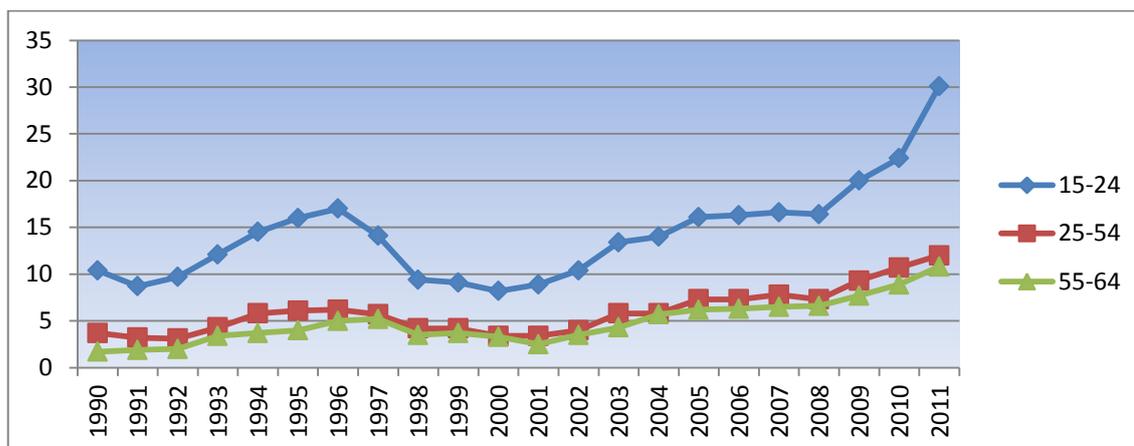
O que verificamos no gráfico 3 é que os indivíduos entre os 15-24 anos detentores de qualificações mais altas (ISCED 5-6) apresentam uma taxa de desemprego ligeiramente mais elevada que o grupo dos 15-24 com o ensino secundário completo (ISCED, 3-4). No que diz respeito ao grupo dos indivíduos 25-74 anos e com qualificações escolares de ensino superior nota-se que o número de desempregados é superior à média europeia mas inferior à média nacional. O facto da taxa de desemprego dos graduados do ensino superior (no escalão etário 15-24), se situar bem acima dos 25% mostra que existe uma especificidade neste grupo. Segundo Alves (2008) trata-se de indivíduos que saíram recentemente da universidade, normalmente, sem qualquer tipo de experiência profissional, e passam os primeiros anos de actividade em postos de trabalho precários. Normalmente, tem alguma dificuldade em encontrar estabilidade laboral.

Segundo Almeida, Castro e Félix (2009) a actual taxa de escolarização da população mais jovem em Portugal é inferior à média europeia e muito abaixo dos níveis dos novos estados-membros da UE, países esses que se apresentam como importantes concorrentes nos sectores média-alta tecnologia (exemplo, sector de produção de maquinas e automóveis).

Em termos de escolaridade, apesar das evoluções positivas a que temos assistido, ainda não é o suficiente para chegar perto da média europeia, sendo imperativo a reformulação do sistema educativo. Pois é evidente que a taxa de escolarização é um indicador importante da qualificação da população activa.

Uma outra perspectiva que importa considerar, quando o assunto é taxa de desemprego, é a decomposição por faixa etária (gráfico 3). Ao longo dos últimos vinte anos, o aumento do desemprego fez-se sentir em todos os grupos etários com importantes acréscimos das taxas de variação anuais (ver Anexo A). No entanto é o grupo dos 15-24 anos que apresenta maior vulnerabilidade. É a partir de 1991 que este grupo etário inicia a sua escala ascendente, mesmo com uma pequena baixa nos anos 1996 a 2001.

Gráfico 4 – Evolução por grupo etário (%)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

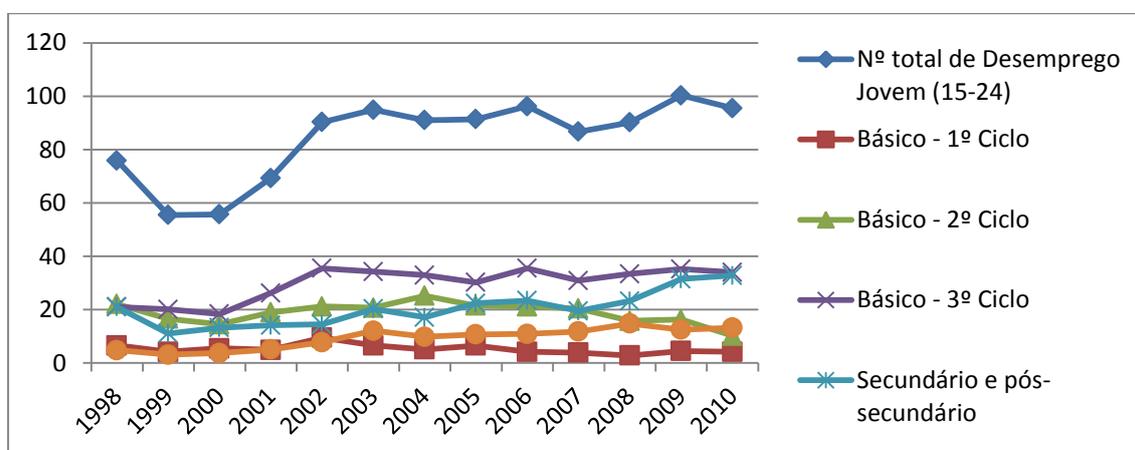
Os valores dos indicadores sobre o desemprego juvenil¹⁷ demonstram empiricamente a existência de debilidade no mercado de trabalho no país, em particular desde 2001 (Gonçalves, 2005: 134). Só para se ter uma noção deste aumento, em 1990 a proporção de desempregados jovem era de 10,3% passando para 30,1% em 2011. No período de 2000 a 2004, a taxa de desemprego respectiva aumentou 6,7 pontos percentuais. Neste período o número de desempregados aumentou em 31 mil indivíduos, o que corresponde a 19,5% do desemprego juvenil total. Esses valores ilustram bem que os jovens têm sido o segmento da população mais atingida pela actual crise de emprego. Segundo Gonçalves (2005:135) a quebra dos fluxos de entrada na actividade deve-se ao prolongamento da permanência dos jovens no sistema educativo e de formação profissional¹⁸. Uma razão dada pelo autor em relação ao desemprego juvenil é precisamente a situação global do mercado de trabalho, isto é, em termos de uma maior ou menor capacidade de criação de emprego, que por sua vez depende do nível da actividade económica. Em conjunturas marcadas pelo aumento do desemprego, os jovens são o grupo mais atingido pelas reduções de mão-de-obra no seio das organizações.

¹⁸ Há que se levar em consideração também as passagens para situações de trabalho no sector informal ou mesmo para a condição de inactividade escolar sem procura activa de trabalho.

2.4 Análise do desemprego juvenil em Portugal por nível de escolaridade

O agravamento do desemprego juvenil deu-se em todos os níveis de escolaridade, como vimos anteriormente, no entanto de uma forma desigual (gráfico 3). Em termos de evolução da taxa de desemprego são os jovens com maior nível escolar que chamam mais a atenção. Os de nível escolar menor (básico 1º e 2º ciclo) foram os únicos que não tiveram uma desaceleração do crescimento do desemprego que se verificou no ano de 2004 (Mamede, 2011).

Gráfico 5 – Nº de desempregados juvenis por nível de escolaridade (15-24 anos)



Fonte: INE- Inquérito do Emprego

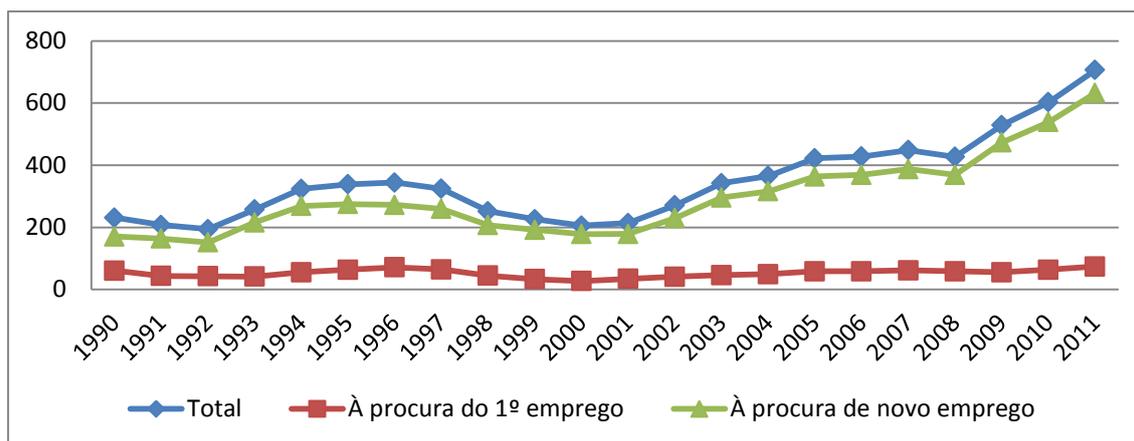
Gonçalves (2005) diz que, se bem que tenhamos que atender às particularidades internas dos processos de transição para o trabalho dos jovens, a razão principal para esta situação tem a ver com as características técnicas, produtivas e organizativas que predominam no sector empresarial português, o que aponta para a existência de causas estruturais para o desemprego dos jovens. Essas características induzem a criação e manutenção de postos de trabalho pouco qualificados, que podem ser ocupados por indivíduos com um escasso nível de habilitações (escolares e profissionais).

No que diz respeito ao número dos jovens com ensino superior, podemos verificar que o número de desempregados tem aumentado. Isso nos mostra que ter um diploma do ensino superior não funciona como um resguardo face à exclusão do mercado de trabalho. Este aumento do desemprego por parte dos diplomados resulta tanto de aspectos conjunturais como estruturais como veremos adiante. A situação económica do país veio reduzir substancialmente o número de indivíduos a ingressar na administração pública, pois o

governo ficou mais contido nas despesas públicas. E não podemos esquecer que este facto é um facto bastante importante, pois nas últimas décadas o estado tem sido o principal empregador dos jovens recém-formados¹⁹.

2.5 Procura de desemprego e duração do desemprego

Gráfico 6 – Evolução do desemprego por tipo de procura de emprego (Milhares)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Quando o assunto é a composição do desemprego por tipo de procura, podemos constatar que ao longo dos últimos 20 anos houve algumas transformações, como mostra o gráfico (isso em termos de números). Quando partimos os desempregados em dois grupos, os que procuram o primeiro emprego e os que estão à procura de um novo emprego, verificamos que em termos gerais é no segundo onde o aumento é mais significativo. São os indivíduos que anteriormente perderam o seu posto de trabalho que tem maior peso e que tem engordado os números do desemprego. Em 1990 eram cerca de 60,5 mil indivíduos à procura do 1º emprego, contra 170 mil a procura de um novo emprego. Em 2011, 73,8 mil indivíduos procuram o 1º emprego contra 632,3 mil à procura de um novo emprego. O peso dos

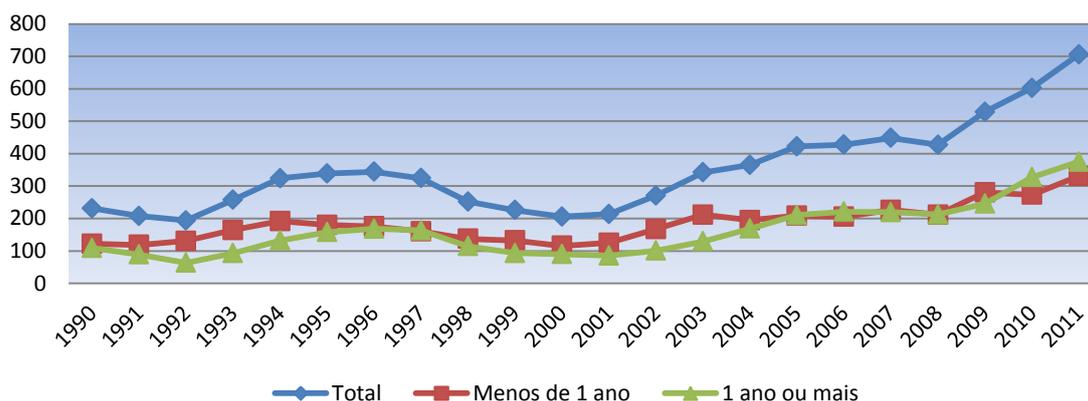
¹⁹ Existem autores que defendem a existência de uma relação funcionalista entre o sistema de ensino e o sistema económico. Nesta visão as dificuldades de inserção por parte dos jovens no mercado de trabalho são um sinal de que a escola lança diplomados com conhecimentos e competências desajustadas face às necessidades das organizações económicas. A solução para essa disfuncionalidade passaria pelo reajustamento do sistema escolar com os objectivos económicos no seio da estrutura social.

desempregados à procura do 1º emprego ao longo do período tem assim descendo substancialmente.

Outro bom indicador do funcionamento do mercado de trabalho é o modo como se entra para a situação de desempregado. Existem várias razões para tal, mas as mais comuns são: fim de contrato de duração limitada e despedimento colectivo (Banco de Portugal, 2011). Tendo em consideração a crise económica e financeira em que o país se encontra mergulhado, essas razões assumem real importância, pois as decisões dos empregadores sobre a alocação e gestão dos recursos humanos nas organizações vão tornar segmentos de assalariados mais vulneráveis ao desemprego. Um bom exemplo disso, são os indivíduos com relações contractuais precárias²⁰.

Deixemos agora as razões de entrada para o desemprego e passemos para a questão do tempo de permanência nesse estado.

Gráfico 7 – Evolução do desemprego por duração de desemprego (Milhares)



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Verificou-se uma diminuição da duração média do desemprego entre 1997 a 2001. Mas de um modo geral houve um aumento maior do desemprego de longa duração. A taxa de desemprego de longa duração (1 ano ou mais) desde 1990 até 2011 quase que duplicou. Actualmente o número de desempregados de longa duração ascende a 374,9 mil indivíduos (2011), contra 109 mil indivíduos do ano 1990 (INE, 2010).

Como podemos verificar, o DLD é uma das grandes fragilidades do mercado de trabalho português, esse aumento exponencial corresponde ao agravamento da situação dos

²⁰ Sabemos que a precariedade laboral é um indicador bastante relevante na análise do desemprego no entanto não iremos aprofundar esse assunto.

Análise do desemprego em Portugal

desempregados. Pois quanto mais tempo um individuo estiver numa situação de desemprego maior dificuldade este terá para voltar a inserir-se no mercado de trabalho.

A conjugação de várias características sociais, tais como, idade, sexo (no caso português é o género feminino o mais afectado pelo desemprego), qualificações académicas (baixas no nosso país) e profissões desajustadas bem como o reduzido número de empregos, entre outros, levam ao aumento da situação de desemprego de longa duração, consequentemente ao engordar da taxa de desemprego em Portugal.

Para concluir, a evolução do desemprego e da sua composição desde 1990 aponta para a existência de causas estruturais do desemprego:

- Se, na década de 1990, a taxa de desemprego evoluía em função da conjuntura económica, na década de 2000 assiste-se a um crescimento contínuo do desemprego.
- O aumento relativo dos desempregados à procura de novo emprego, do desemprego dos jovens e em particular dos mais escolarizados, do desemprego dos mais idosos e do desemprego de longa duração, demonstram a incapacidade por parte do sistema económico em gerar emprego adequado as características da oferta.

Capítulo 5 - Análise Comparativa da evolução do desemprego em Portugal e na UE

No capítulo anterior foi feita a análise da evolução do desemprego em Portugal bem como identificou-se as especificidades da situação Portuguesa. Neste capítulo faremos a análise comparativa da evolução do desemprego em Portugal com alguns países da Europa e concluir sobre a natureza conjuntural ou estrutural do desemprego em Portugal.

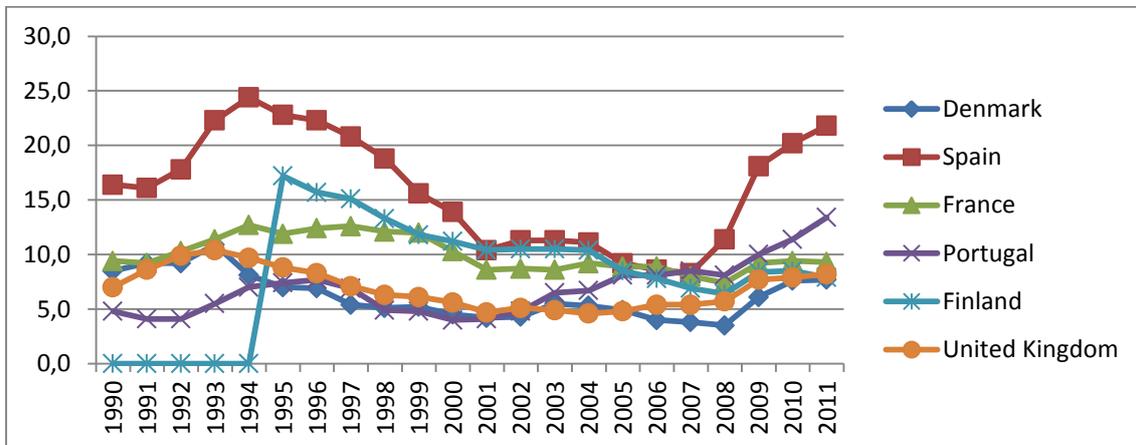
1. Análise comparativa da evolução do desemprego

Nos últimos vinte anos ocorreram profundas transformações no mercado de trabalho europeu, com impacto directo na vida das pessoas bem como nas condições de trabalho, emprego e desemprego. Em Portugal, como vimos anteriormente, o desemprego avolumou-se trazendo consigo consequências negativas, tanto sociais como económicas. Uma das principais explicações para tal cenário é a quebra da actividade económica. No entanto, seguramente que a crise económica e financeira não é a única variável explicativa deste fenómeno. Factores estruturais tais como: os baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional da população, a estrutura empresarial constituída maioritariamente por pequenas empresas reactivas à inovação e com dificuldades de adaptação e sustentação, com pessoal pouco qualificada e um fraco investimento em formação profissional, o padrão de especialização, baseado sobretudo em produtos com baixo valor acrescentado tecnologia, concorrem também para explicar o alto nível de desemprego actual (Banco de Portugal, 2009a).

O gráfico abaixo mostra-nos a evolução da taxa de desemprego em vários países da Europa desde o ano 1990 até ao ano 2011²¹.

²¹ No caso da Finlândia, só foi possível analisar os dados a partir do ano de 1995, por falta de dados nos anos anteriores.

Gráfico 8 – Evolução do desemprego de Portugal e alguns países europeus

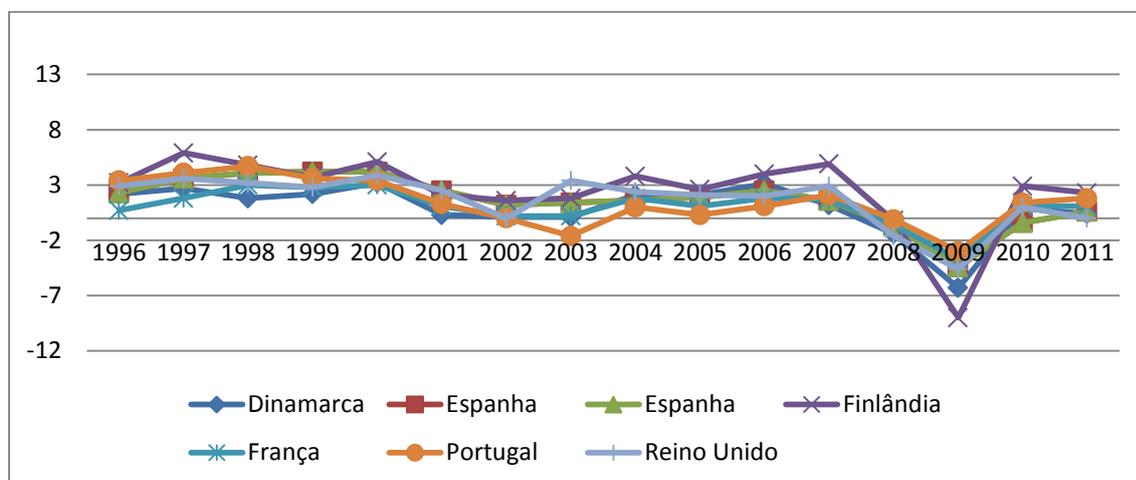


Fontes/Entidades: INE, EUROSTAT

Verificamos que de 1990 a 1994, em termos globais, houve uma tendência de crescimento da taxa de desemprego. Desde essa data até 2000 registou-se uma diminuição da taxa de desemprego no conjunto de países em análise. O desemprego voltou a registar ligeiras subidas entre 2002 e 2003, período de retracção do crescimento económico. No entanto, em 2009, a par de Portugal, os restantes países em análise voltaram a ver subir os níveis de desemprego, devido a crise económica e financeira internacional que marcou o ano de 2008. Neste conjunto de países, Espanha e Portugal destacaram-se com taxas de desemprego mais elevadas e com uma tendência de crescimento mais acentuado do que os restantes. No caso específico de Portugal, o abrandamento da economia portuguesa da última década explica o aumento dos níveis de desemprego, como vimos no capítulo anterior.

O gráfico 2 mostrou que a taxa de crescimento do PIB em Portugal tem acompanhado o trajecto da média de crescimento do PIB dos países da União Europeia em análise (período em análise 1996 a 2011). Nos anos de convergência, até 2000, o crescimento do PIB em Portugal era mais elevado que nos restantes países da Europa. Mas nos períodos de forte abrandamento do crescimento europeu, período entre 2001 e 2003 e 2007 e 2009 Portugal chegou a entrar em recessão (Alves, 2010).

Gráfico 9 – Evolução da taxa de crescimento do PIB de Portugal e alguns países europeus (%)



Fontes/Entidades: INE, EUROSTAT

Desde o ano de 2001 que o nosso país tem sentido serias dificuldades em retomar o ritmo da convergência europeia (Alves, 2010). Esse percurso do produto influenciou em grande medida a evolução do desemprego neste período. De facto, a taxa de desemprego tende a decrescer quando decresce o ritmo do crescimento económico.

É o que se verifica na maioria dos países da EU: decréscimo da taxa de desemprego na fase de crescimento económico entre 1998 e 2001 (gráfico 9), inversão das tendências no período seguinte e aumento brutal do desemprego associado à recessão que começou em 2008. Desde 2009 o crescimento económico retomou e o desemprego está em ligeira diminuição em vários países (Reino Unido, França, Dinamarca e Finlândia).

Em Portugal o caso é bem diferente. O gráfico 10 ilustra bem a diferença de comportamento desses dois indicadores (crescimento do PIB e desemprego) em relação à Europa.

Como já tivemos a oportunidade de ver, a partir do ano de 2000 houve uma desaceleração do crescimento do produto, e em 2003 a economia portuguesa entrou mesmo em recessão, factor esse, que teve como principal consequência o aumento exponencial da taxa de desemprego. Desde então a taxa de desemprego permaneceu alta, num período de reduzido crescimento económico. Segundo Nuno Alves, a interpretação desse facto leva-nos a levantar duas questões: “ será de supor a existência de um limiar mínimo de crescimento real do PIB (acima de 2%) a partir do qual se processa a diminuição do desemprego? Ou, por outra via, tal acontece porque entretanto se produziu uma alteração estrutural, na estrutura

Análise do desemprego em Portugal

produtiva e no mercado de trabalho, que impede a recuperação do emprego em segmentos específicos da mão-de-obra?”. Por outras palavras, a pergunta que prevalece é será que o desemprego em Portugal é mais de carácter Conjuntural ou Estrutural? Ora Vejamos.

Os dados analisados até agora mostram que em Portugal, contrariamente à maioria dos países europeus, a evolução do PIB e do desemprego não se pode explicar exclusivamente por flutuações económicas conjunturais. A estagnação do PIB nos anos 2000 e a subida constante do desemprego, assim como a não recuperação da economia portuguesa da crise iniciada em 2008 apontam para um desemprego de natureza estrutural marcada pela não absorção dos recém-licenciados pela estrutura produtiva e pela exclusão dos trabalhadores mais idosos e menos qualificados.

Quadro 2 – Estrutura e Evolução do desemprego registado no Centro de Emprego

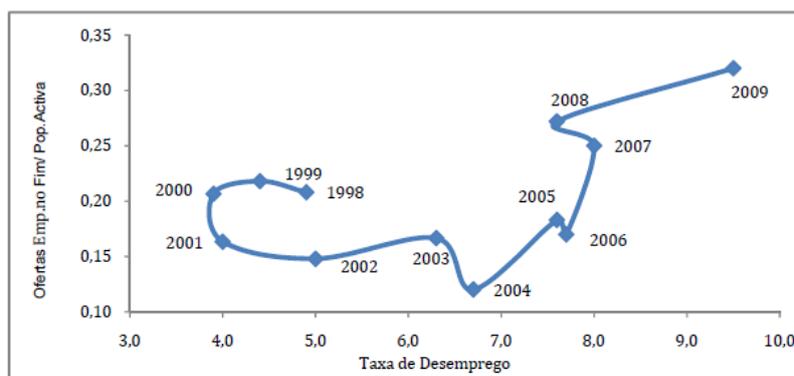
| | 2010 % | | 2011 % | | Var. % 2011/2010 |
|-------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|---------------------|
| Desempregados Registados | 519 888 | 100,0 | 576 383 | 100,0 | +10,9 |
| 1º Emprego | 39 205 | 7,5 | 43 084 | 7,5 | +9,9 |
| Novo Emprego | 480 683 | 92,5 | 533 299 | 92,5 | +10,9 |
| Homens | 238 611 | 45,9 | 273 877 | 47,5 | +14,8 |
| Mulheres | 281 277 | 54,1 | 302 506 | 52,5 | +7,5 |
| <25 Anos | 60 122 | 11,6 | 68 225 | 11,8 | +13,5 |
| 25-34 Anos | 118 217 | 22,7 | 131 213 | 22,8 | +11,0 |
| 35-54 Anos | 243 272 | 46,8 | 271 798 | 47,2 | +11,7 |
| >=55 Anos | 98 277 | 18,9 | 105 147 | 18,2 | +7,0 |
| Jovens | 60 122 | 11,6 | 68 225 | 11,8 | +13,5 |
| Adultos | 459 766 | 88,4 | 508 158 | 88,2 | +10,5 |
| Nenhum Nível de Escolaridade | 29 109 | 5,6 | 29 717 | 5,2 | +2,1 |
| 1º Ciclo do Ensino Básico | 139 941 | 26,9 | 136 815 | 23,7 | -2,2 |
| 2º Ciclo do Ensino Básico | 91 968 | 17,7 | 97 861 | 17,0 | +6,4 |
| 3º Ciclo do Ensino Básico | 106 324 | 20,5 | 123 902 | 21,5 | +16,5 |
| Ensino Secundário | 104 024 | 20,0 | 126 546 | 22,0 | +21,7 |
| Ensino Superior | 48 522 | 9,3 | 61 542 | 10,7 | +26,8 |
| Duração <1Ano | 301 984 | 58,1 | 358 499 | 62,2 | +18,7 |
| Duração >=1Ano | 217 904 | 41,9 | 217 884 | 37,8 | -0,0 |

Fonte: IEFP.PT, GEA

Análise do desemprego em Portugal

No ano de 2011, o perfil dos desempregados que se encontravam registados nos Centros de Emprego (CET) em Portugal era o seguinte: 52,5 % dos indivíduos que estão inscritos eram do sexo feminino, pertencentes na sua maioria ao grupo etário dos 35-54 anos (47,2%) e com um nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do ensino básico (45,9%). 92,5% desses indivíduos se encontravam à procura de novo emprego, sendo que já estavam inscrito há menos de 1 ano (62,2%). Em termos de estrutura, este perfil é quase idêntico ao perfil de 1990, embora com algumas mudanças. Actualmente, é menor o peso relativo as mulheres e dos grupos etários mais jovens, e é acentuada a situação de desemprego ocorrido há menos de um ano. Existe uma particular dificuldade de integração dos jovens no mercado de trabalho, principalmente daqueles que estão a procura do 1º emprego (Dornelas, 2010).

Figura 3 – Curva de Beveridge²²



Fonte: Dornales (2010)

Fonte de dados: INE, IE, MTSS, IEF (cálculos MTSS, GEP)

O último momento recessivo (2008) levou ao aumento da inactividade e do desemprego da população em idade activa. Paralelamente, ao aumento taxa de desemprego observou-se também um aumento da taxa de vagas não preenchidas (correspondentes às vagas disponíveis em percentagem da população activa), o que mostra um desajustamento estrutural no mercado

²² “Esta curva representa a relação entre desemprego e vagas numa dada economia ao longo do tempo. Deslocação ao longo da curva (movimentos em direcção oposta no desemprego e nas vagas) são induzidas por flutuações de conjunturais da actividade económica, enquanto as alterações na posição da curva (movimentos na mesma direcção no desemprego e nas vagas) tendem a reflectir no nível de eficiência do processo de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego” (Dornales, 2010:40).

Análise do desemprego em Portugal

de trabalho. Analisando o perfil da estrutura do desemprego em Portugal, o que constatamos é que existe uma desadequação entre a oferta e as vagas existentes. Isto é, há uma incapacidade por parte do sistema económico em gerar emprego que vá de encontro às características da oferta, como mostra a figura 10.

2. Os factores estruturais do desemprego em Portugal

Nesta investigação foram analisados os principais determinantes da evolução do desemprego em Portugal nos últimos vinte anos, com especial ênfase nas décadas de 1990 e 2000. Ao longo desses anos essa evolução foi bastante desigual pois o contexto económico foi bastante inconstante.

A década de noventa foi marcada por um forte crescimento económico, que permitiu um notável progresso ao nível da convergência real para níveis médios de rendimento mais próximos dos vigentes na zona do euro. Após 2000 o desempenho económico do país começou a deteriorar-se ao ponto de interromper o processo de convergência real (Banco de Portugal, 2009a). Tal desempenho é reflexo de fragilidades estruturais e de um conjunto de choques. No que concerne às fragilidades estruturais, um aspecto crucial e que teima em manter-se são os baixos níveis de produtividade, que de forma ou de outra puseram em causa a eficiência e a competitividade internacional das empresas portuguesas. Existe, também, um baixo investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), o que limitou, em parte, a inovação impedido o acesso a tecnologia mais produtiva (Mamede, 2011). Além de tudo isso, a existência de restrições a um ambiente empresarial saudável fez preexistir os baixos níveis de concorrência nos mercados de trabalho e de bens não-transaccionáveis (Banco de Portugal, 2009b)-

Nos últimos vinte anos, a economia portuguesa foi afectada por um conjunto de choques que influenciaram de forma directa a evolução de varias dimensões e uma delas é o desemprego (Banco de Portugal, 2010; Gonçalves, 2005). Segundo Mamede (2011), as causas que estão na base das elevadas taxas de desemprego em Portugal são: factores eleitoralistas; o nível de educação da força de trabalho; o perfil de especialização económica e periférica posição da economia portuguesa em relação aos principais mercados europeus e mundiais, ou seja factores de carácter estrutural.

No que diz respeito aos factores do foro eleitoral, segundo Mamede desde 1992 que o ritmo de convergência com EU-15 foi apenas de um ponto percentual em quatro anos (1997, 1999, 2005 e 2009). O curioso é que três desses anos foram anos de eleições gerais e os restantes foram os que precederam a exposição Universal de Lisboa (Expo 98). Esse facto leva a concluir que os anos de transição de foro político afectam de forma directa o desempenho da economia por outro lado a conservação de uma baixa qualidade dos factores

de produção, isso no que diz respeito à mão-de-obra, prejudicou em grande parte o progresso técnico e tecnológico, o qual exige aos indivíduos níveis de qualificação mais elevados.

Para percebermos essa lacuna nas qualificações dos indivíduos temos que perceber o contexto português. A quando da entrada de Portugal na CEE em 1996 a proporção de adultos em idade activa e que tinha, completado o secundário era inferior a 20%, enquanto a media europeia estava perto dos 60% (Mamede, 2011). Neste caso, o actual estado da qualificação da população activa é uma herança de quase meio seculo de um regime ditatorial. É bem verdade que durante as ultimas décadas esse legado foi uma preocupação constante das políticas públicas, tanto que houve mesmo melhorias significantes (ver capitulo 4). No entanto, actualmente os níveis de habilitação da população portuguesa ainda são um dos mais baixos da OCDE. Portanto, como diz Mamede elevados níveis de pobreza e de desigualdade no país, contribuíram para elevada taxa de abandono escolar. A acrescer a isso, o abrandamento do ritmo de crescimento económico foi o ingrediente necessário para actual situação económica no país .

A desadequação crescente entre as qualificações detidas pelos trabalhadores portugueses e as qualificações requeridas pelas empresas contribui para engordar os números do desemprego. Os desajustamentos entre a oferta de trabalho e a procura de qualificações mostram que o mercado português é um mercado rígido. Este mercado é caracterizado pelo elevado nível de protecção ao emprego (ver dados do Anexo A), o que influencia os custos do ajustamento de trabalho e por sua vez o mercado de trabalho (Portugal, 1999). Um nível de protecção ao emprego elevado é sinonimo de mercado de trabalho rígido e perda de eficiência no mercado laboral, o que por sua vez influencia os fluxos de trabalhadores bem como na qualidade dos empregos (Banco de Portugal, 2009b).

Segundo a teoria neoclássica, o desemprego é um disfuncionamento do mercado de trabalho que resulta da falta de flexibilidade laboral. Nos últimos vinte anos, em Portugal, foram introduzidos vários mecanismos para aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, nomeadamente em termos de contractos de trabalho a fim de facilitar o ajustamento entre a oferta e a procura de forma a diminuir a taxa de desemprego (Portugal, 1999). Nos anos de 1996, 1999, 2003, e 2008 foram aprovados Decretos-lei, onde as principais bandeiras eram a flexibilidade do emprego, do tempo de trabalho e do regime dos despedimentos (Rebelo, 2003).

Análise do desemprego em Portugal

Segundo Mamede (2011), no momento da adesão da CEE, o tecido económico português caracterizava-se por uma elevada actividade no sector primário e baixa actividade no sector industrial de transformação enérgica de tecnologia. A estrutura do sector industrial em Portugal difere bastante da estrutura dominante na zona euro, o que reflecte uma maior especialização da economia portuguesa em produtos de tecnologia baixa e média-baixa, sendo que já se verificou uma evolução nos últimos vinte anos no sentido de produtos com maior conteúdo tecnológico, mas essa evolução é ainda insuficiente para alcançar níveis de produtividade e de competitividade comparáveis aos da média europeia.

Conclusão

As fragilidades nos níveis de educação da população activa portuguesa, conduzem a um padrão de especialização concentrado em sectores de actividade intensivos em trabalho, mas pouco qualificados (Banco de Portugal, 2009). Essas fragilidades são talvez o factor que mais influência tem na explicação dos aspectos estruturais do desemprego em Portugal. Como vimos no capítulo 3, o desemprego estrutural resulta das transformações ocorridas na estrutura económica, sendo que numa parte temos trabalhadores que não possuem os requisitos técnicos ou educacionais necessários e noutra temos as profissões que entraram em desuso. No caso português, o desemprego estrutural resulta das fragilidades nos níveis de educação da população activa.

A evolução do desemprego e da sua composição desde 1990 aponta para a existência de causas estruturais do desemprego, pois na década de 1990, a taxa de desemprego evoluía em função da conjuntura económica, e na década de 2000 assiste-se a um crescimento contínuo do desemprego. O aumento relativo dos desempregados à procura de novo emprego, do desemprego dos jovens e em particular dos mais escolarizados, do desemprego dos mais idosos e do desemprego de longa duração, demonstram a incapacidade por parte do sistema económico em gerar emprego adequado as características da oferta.

Em suma, a análise apresentada nesta investigação permite-nos concluir que são necessárias reformas profundas no mercado de trabalho e que as mesmas não podem passar somente pela flexibilização do mercado, pois como temos verificado esta solução não tem produzido os resultados pretendidos. Há que elevar os níveis de habilitações da população activa, bem como tem de a ver uma melhor adequação das vagas existentes no mercado de trabalho e as qualificações dos indivíduos.

“A natureza estrutural do desemprego questiona a capacidade da economia de reduzir a taxa de desemprego (...). Para reduzir a taxa de desemprego para níveis socialmente aceitáveis, o país necessita de reformas estruturais profundas nos mercados do trabalho e do produto.”²³(Centeno e Novo, 2012: 12)

²³Centeno, Mário, Álvaro Novo (2012) Segmentação, Boletim económico, Banco Portugal, p.12

Bibliografia

Alves, Natália (2008) *Juventudes e Inserção Profissional*, Lisboa, Educa.

Alves, Nuno (2010) “ *Evolução do PIB e desemprego: Portugal e a média da União Europeia, 1998-2007*”, observatório das desigualdades.

Antunes, Margarida (2005), *O desemprego na política económica: uma reflexão sobre Portugal no contexto da EU*, Coimbra, Coimbra Editora.

Banco de Portugal (2000), *Relatório do Conselho de Administração*.

Disponível em:

http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_00_p.pdf

Banco de Portugal (2009a) “ *A economia portuguesa no contexto europeu: estrutura, choques e políticas*”, departamento de estudos económicos (versão electrónica).

Banco de Portugal (2009b) “ *A economia portuguesa no contexto integração económica, financeira e monetária*”, departamento de estudos económicos.

Disponível em:

<http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/outras/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Publica%C3%A7%C3%A3o%20Completa.pdf>

Banco de Portugal (2009), *Relatório do Conselho de Administração-Relatório e Contas*, Lisboa.

Disponível em:

http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_09_p.pdf

Banco de Portugal (2011), *Relatório do Conselho de Administração- Economia Portuguesa*, Lisboa

Disponível em:

http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Publicacoes/R A_11_p.pdf

Banco de Portugal, (2000) *Boletim Económico*, eurosistema, 16,1.

Disponível em:

http://www.bportugal.pt/ptPT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Documents/bol_primavera10_p.pdf

Bellngieri, Júlio (2010), “Por que existe Desemprego?”.

Disponível em:

http://www.tgaonline.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=55

Caetano, M., Fernandes, Pedro (2004) “Heterogeneidade no mercado de trabalho: o que distingue desemprego e inatividade”, *Boletim Económico*.

Centeno, Mário e Álvaro (2012), “segmentação”, boletim económico, *Banco de Portugal*.

Conraria, L, Alexandre, Pinho (2010) “O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual, *Universidade do Minho. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas*.

Correia, Maria e Francisco Lima (2006), “A avaliação do desemprego pelo inquérito ao emprego”, *Estatísticas do Emprego* (online), 2º trimestre.

Disponível em:

https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/223426/2/2006_lima_ine_publicacao_2t2006.pdf

Country statistical profiles - 2010 edition (2012) “Organisation for economic co-operation and development”

Disponível em: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=CSP2010#>
(16-08-2012)

Análise do desemprego em Portugal

Dathein, Ricardo (2000) *O crescimento do desemprego nos países sem vias desenvolvimentos e a sua interpretação pela teoria económica: as abordagens Neoclássica, Keynesiana, Schumpeteriana*, Dissertação de Doutoramento. Universidade de Campinas - Instituto de Economia, Brasil.

Dornelas, A, Ministro, Fernando Lopes (2010) “Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal”, *Ministério do trabalho e da Solidariedade Social*.

Fernandes, Reynaldo (1991), “Um modelo keynesiano de determinação do nível de emprego e salários”, *Revista de Economia Política*, 2 (11), pp 60-76.

Ferreira, Fátima, (2009) Slides da Unidade Curricular de “Introdução a Economia”, ISCTE, Lisboa.

Ferréol, Gilles and Philippe Deubel (1990) *Economie du Travail*, Paris, Armand Colin éditeur.

Gonçalves, Carlos (2005) ”Evoluções recentes do desemprego em Portugal”, *revista da Faculdade de Letras*, 15, pp 125-163

Gonçalves, Carlos (coord.) (2009) *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas.

INE, *Anuário Estatístico de Portugal (2000) (Versão electrónica)*

INE, *Anuário Estatístico de Portugal (2003) (Versão electrónica)*

INE, *Anuário Estatístico de Portugal (2006) (Versão electrónica)*

INE, *Anuário Estatístico de Portugal (2009) (Versão electrónica)*

INE, *Anuário Estatístico de Portugal (2010) (Versão electrónica)*

INE, *Estatísticas do Emprego 4º trimestre (2006)*

INE, *Estatísticas do Emprego 4º trimestre (2010)*

Análise do desemprego em Portugal

Mamede, Ricardo (2011) “*Causes, consequences and ways out of the crisis: a perspective from the periphery*”.

Disponível em:

http://www.greeneuropeanjournal.eu/wpcontent/uploads/2012/02/GEF_Firstedition_mamede.pdf

Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de Política Económica (Maio 2011).

Disponível em: http://aventadores.files.wordpress.com/2011/05/2011-05-18-mou_pt.pdf

Murteira, Mário (2007) *A Nova Economia do Trabalho*, Lisboa, Ensaios (ICS).

OECD (2010), “*OECD Economic Surveys Portugal, September*”.

Organização Internacional do Trabalho (2012)

Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/index.htm>

Oliveira, Marcos (2010), “*Pensando como um economista*”.

Disponível em:

http://www.oeconomista.com.br/arquivos/pensando_como_um_economista.pdf

Osdchaya, Irina, (1977) *De Keynes à Síntese Neo-clássica: uma análise crítica*, Lisboa, Prelo, pp.21-38

Silva, Os economistas

Disponível em:

http://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/618808/mod_resource/content/0/Cap.22SublinhadoKeynesTeoriaGeral.pdf

Polis : Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado, Verbo, 1987.

Portugal, Pedro (1999), “*Volatilidade do emprego, Protecção ao Emprego e Desemprego*,” Boletim Económico do Banco de Portugal, pp. 51-63

Análise do desemprego em Portugal

Rebelo, Gloria (2003), *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: Uma Análise Sócio-económica e Jurídica*, Lisboa, Editora RH.

Rodrigues, Eduardo Vítor, (co-autor), (1999), “Políticas Sociais e Exclusão em Portugal”, in *Sociologia – problemas e práticas*, n.º 31, Lisboa, CIES/Celta.

Reinert, José (2001), “Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções”, *revista de ciências da administração, Universidade Federal de Santa Catarina* (online),5.

Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8065>

AAVV (2012) “evolução recente do desemprego”, Ministério das Finanças, Ministério da Economia e Emprego, Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Disponível em:

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=96>

Santos, Tânia (2006) *Desemprego nacional e as disparidades regionais no desemprego em Portugal*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra. Janeiro de 2006, Coimbra.

Simões, Nádía (2010) Slides da Unidade Curricular “Economia dos Recursos Humanos”, ISCTE-IUL, Lisboa.

Souza, Alex (2004) “origens e evolução da ciência da riqueza e da pobreza: uma análise histórica da filosofia social dos economistas clássicos”, revista electrónica

Disponível em:

http://www.ufsj.edu.br/portalderepositorio/File/lable/revistametanoia_material_revisto/revista06/texto03_analiseriquezapobreza_economistas.pdf

Vaz, Isabel (1995) *Os Limites do Desemprego*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE-IUL.

Análise do desemprego em Portugal

Anexos

Anexo A

Indicadores do mercado de trabalho

Unidade: %

Unit: %

| | Taxa de desemprego | | | Proporção de desemprego de longa duração | Activos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população | Quadros superiores e especialistas no total de empregados |
|---------------------|--------------------|-------------|-------------|--|---|---|
| | Total | Mulheres | 15-24 anos | | | |
| Portugal | | | | | | |
| 1998 | 4,9 | 6,2 | 10,4 | 45,6 | 25,0 | 13,5 |
| 1999 | 4,4 | 5,0 | 8,8 | 41,3 | 26,2 | 14,1 |
| 2000 | 3,9 | 4,9 | 8,6 | 43,8 | 27,1 | 13,4 |
| 2001 | 4,0 | 5,0 | 9,4 | 40,0 | 28,4 | 13,9 |
| 2002 | 5,0 | 6,0 | 11,6 | 37,2 | 29,4 | 14,1 |
| 2003 | 6,3 | 7,2 | 14,5 | 37,8 | 31,6 | 15,6 |
| 2004 | 6,7 | 7,6 | 15,3 | 46,3 | 34,6 | 17,4 |
| 2005 | 7,6 | 8,7 | 16,1 | 49,9 | 36,2 | 17,7 |
| 2006 | 7,7 | 9,0 | 16,3 | 51,7 | 37,8 | 16,4 |
| 2007 | 8,0 | 9,6 | 16,6 | 48,9 | 38,4 | 15,2 |
| 2008 | 7,6 | 8,8 | 16,4 | 49,8 | 40,9 | 15,1 |
| 2009 | 9,5 | 10,2 | 20,0 | 46,5 | 43,4 | 16,0 |
| 2010 | | | | | | |
| Portugal | 10,8 | 11,9 | 22,4 | 54,3 | 45,6 | 15,9 |
| Continente | 11,0 | 12,1 | 22,7 | 54,5 | 46,1 | 16,1 |
| Norte | 12,7 | 14,8 | 22,7 | 57,0 | 38,9 | 13,1 |
| Centro | 7,7 | 8,6 | 17,4 | 57,0 | 43,0 | 11,5 |
| Lisboa | 11,3 | 11,3 | 25,1 | 51,8 | 57,5 | 23,8 |
| Alentejo | 11,4 | 13,5 | 28,9 | 48,0 | 45,9 | 18,5 |
| Algarve | 13,4 | 13,4 | 28,8 | 48,4 | 50,8 | 17,4 |
| R.A. Açores | 6,9 | 7,1 | 17,1 | 41,6 | 31,4 | 11,4 |
| R.A. Madeira | 7,4 | 6,2 | 17,3 | 49,1 | 39,5 | 12,1 |

| | Unemployment rate | | | Long-term unemployment as a share of total unemployment | Active population with at least compulsory education completed as a share of total population | Legislators, senior officials, managers and specialized professionals as a share of total employment |
|--|-------------------|--------|-------------|---|---|--|
| | Total | Female | 15-24 years | | | |
| | | | | | | |

© INE, I.P., Portugal, 2011. Informação disponível até 30 de Setembro de 2011. Information available till 30th September, 2011.

Análise do desemprego em Portugal

Anexo B

Indicadores do mercado de trabalho (continua)

| | Empregados no sector terciário no total de empregados | Empregados por conta de outrem no total de empregados | Empregados por conta própria no total de empregados | Contratos sem termo nos trabalhadores por conta de outrem | Empregados a tempo completo no total de empregados | Empregados com 3 ou mais empregos significativos anteriores ao actual no total de empregados | Inactivos por 100 empregados | Duração média habitual do horário semanal |
|---------------------|--|---|--|--|---|---|---------------------------------------|---|
| | % | | | | | | N.º | hora |
| Portugal | | | | | | | | |
| 1998 | 51,4 | 71,3 | 25,7 | 82,8 | 89,0 | x | 103,6 | 40,3 |
| 1999 | 52,9 | 72,3 | 24,6 | 81,3 | 89,0 | x | 102,2 | 39,9 |
| 2000 | 52,8 | 72,7 | 23,5 | 80,1 | 89,1 | x | 99,3 | 39,7 |
| 2001 | 53,4 | 72,6 | 24,6 | 79,7 | 88,9 | 24,2 | 97,0 | 39,4 |
| 2002 | 54,0 | 73,0 | 24,7 | 78,5 | 88,8 | 27,9 | 96,3 | 39,5 |
| 2003 | 55,2 | 73,0 | 25,0 | 79,4 | 88,3 | 28,0 | 97,2 | 39,2 |
| 2004 | 56,8 | 73,8 | 24,2 | 80,2 | 88,7 | 28,2 | 97,9 | 39,2 |
| 2005 | 57,6 | 74,5 | 23,5 | 80,5 | 88,8 | 29,1 | 98,0 | 39,2 |
| 2006 | 57,7 | 75,6 | 22,7 | 79,4 | 88,7 | 29,8 | 96,9 | 39,1 |
| 2007 | 57,8 | 75,5 | 23,0 | 77,6 | 87,9 | 31,8 | 96,5 | 39,0 |
| 2008 | 59,3 | 76,0 | 23,0 | 77,2 | 88,1 | 32,8 | 96,2 | 39,0 |
| 2009 | 60,6 | 76,3 | 22,8 | 78,0 | 88,4 | 32,1 | 100,0 | 38,9 |
| 2010 | | | | | | | | |
| Portugal | 61,4 | 77,2 | 21,8 | 77,0 | 88,4 | 34,3 | 101,5 | 39,0 |
| Continente | 61,1 | 77,0 | 22,0 | 76,9 | 88,3 | 35,0 | 101,3 | 39,0 |
| Norte | 52,3 | 75,7 | 23,3 | 79,2 | 89,0 | 30,1 | 101,3 | 39,3 |
| Centro | 50,8 | 68,4 | 30,4 | 78,2 | 81,2 | 34,3 | 83,2 | 37,2 |
| Lisboa | 80,0 | 86,6 | 12,9 | 75,1 | 92,6 | 40,5 | 113,8 | 39,9 |
| Alentejo | 65,5 | 80,4 | 18,4 | 74,2 | 93,2 | 34,4 | 116,7 | 39,6 |
| Algarve | 77,0 | 77,4 | 21,3 | 68,4 | 92,4 | 48,0 | 110,9 | 39,3 |
| R.A. Açores | 64,9 | 80,0 | 18,0 | 77,8 | 92,4 | 19,8 | 115,6 | 40,3 |
| R.A. Madeira | 71,1 | 82,4 | 17,2 | 79,2 | 87,6 | 20,4 | 98,7 | 37,3 |
| | Population employed in tertiary sector (services) as a share of total employment | Employees as a share of total employment | Self-employed persons as a share of total employment | Employees with unlimited duration contracts as a share of total employment | Full-time employment as a share of total employment | Employed population with 3 or more significant jobs before the current one as a share of total employment | Inactive population per 100 employees | Average duration of weekly working time |
| | % | | | | | | No. | hour |

© INE, I.P., Portugal, 2011. Informação disponível até 30 de Setembro de 2011. Information available till 30th September, 2011.